

NEABI

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

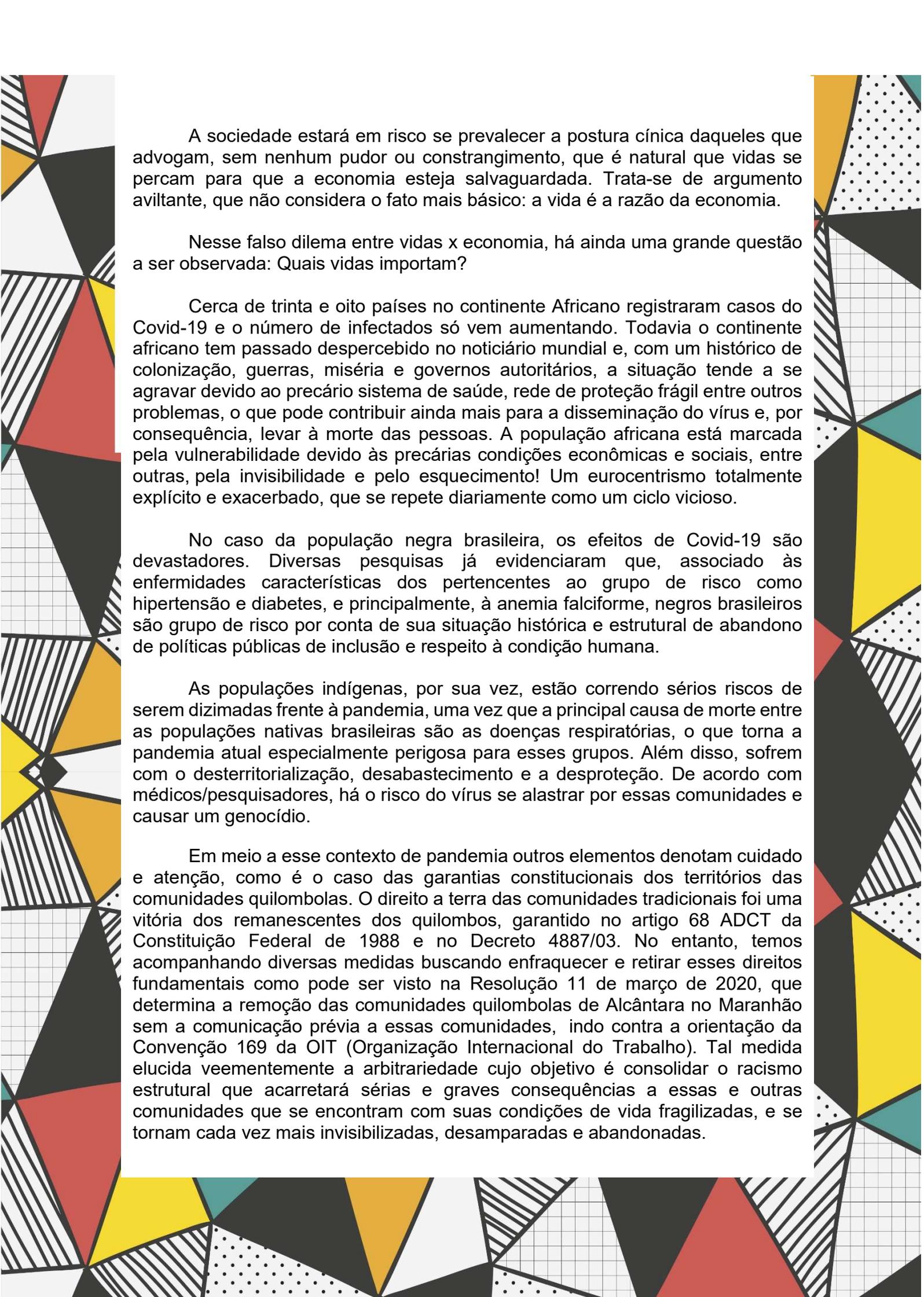
CARTA ABERTA NEABI/IFSP

DESAFIOS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 E AFIRMAÇÃO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

O enfrentamento da pandemia de Covid-19 tem exigido medidas contundentes, tanto por parte do Estado quanto por parte da população. Com velocidade surpreendente, a contaminação do vírus tem avançado, levando ao iminente colapso do sistema de saúde e resultando em muitas mortes. A grave crise sanitária tem evidenciado, de maneira drástica e violenta, as profundas desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, de gênero e de geração que marcam intensamente a realidade, sendo vivenciadas por grupos historicamente submetidos a tantas situações de sofrimento, opressão, exploração, violência e exclusão.

Estamos diante de um evento extremo, que desafia as sociedades a repensar suas estruturas. A execução das políticas neoliberais, pautadas na ideologia do livre mercado, definitivamente não apresentam condições para superar a grave crise sanitária que se impõe. A desestruturação das políticas sociais e o desmonte do Estado têm como dramática consequência o total desamparo social.

Alguns setores sociais, diante da delicada situação que estamos vivendo, acabam colocando um falso dilema ético: ou se previne o contágio, protegendo vidas, ou se preserva a economia. Do ponto de vista ético, o direito à vida ocupa sempre o lugar central, pois ele é um direito fundamental e inviolável, resguardado tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quanto é garantido pela Constituição Federal de 1988. Aliás, sequer há nível de comparação entre os termos vida e economia. Sem a vida, nada mais faz sentido. A educação, a cultura, a política e a economia somente existem para que a vida seja mais plena e possa se expandir.



A sociedade estará em risco se prevalecer a postura cínica daqueles que advogam, sem nenhum pudor ou constrangimento, que é natural que vidas se percam para que a economia esteja salvaguardada. Trata-se de argumento aviltante, que não considera o fato mais básico: a vida é a razão da economia.

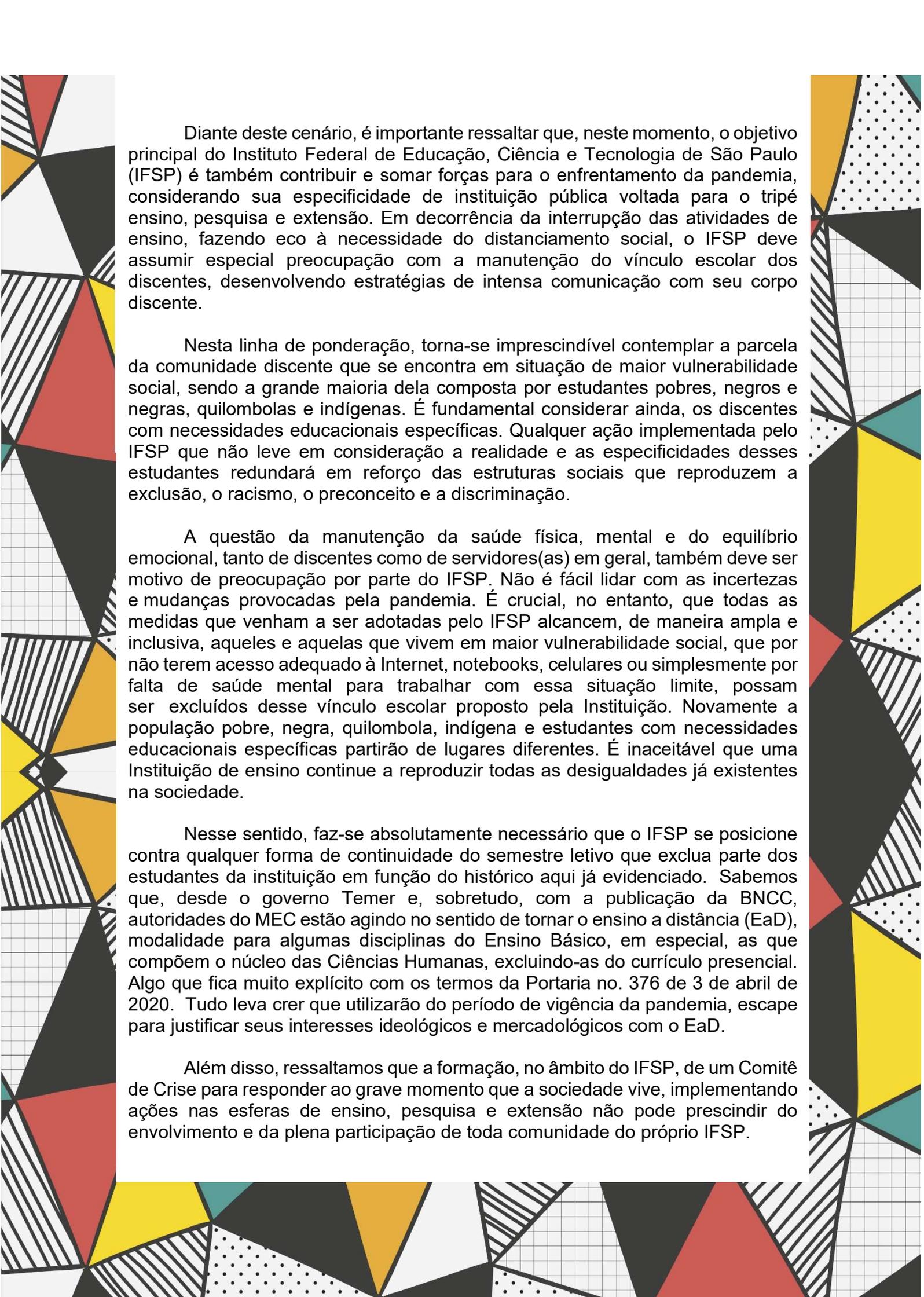
Nesse falso dilema entre vidas x economia, há ainda uma grande questão a ser observada: Quais vidas importam?

Cerca de trinta e oito países no continente Africano registraram casos do Covid-19 e o número de infectados só vem aumentando. Todavia o continente africano tem passado despercebido no noticiário mundial e, com um histórico de colonização, guerras, miséria e governos autoritários, a situação tende a se agravar devido ao precário sistema de saúde, rede de proteção frágil entre outros problemas, o que pode contribuir ainda mais para a disseminação do vírus e, por consequência, levar à morte das pessoas. A população africana está marcada pela vulnerabilidade devido às precárias condições econômicas e sociais, entre outras, pela invisibilidade e pelo esquecimento! Um eurocentrismo totalmente explícito e exacerbado, que se repete diariamente como um ciclo vicioso.

No caso da população negra brasileira, os efeitos de Covid-19 são devastadores. Diversas pesquisas já evidenciaram que, associado às enfermidades características dos pertencentes ao grupo de risco como hipertensão e diabetes, e principalmente, à anemia falciforme, negros brasileiros são grupo de risco por conta de sua situação histórica e estrutural de abandono de políticas públicas de inclusão e respeito à condição humana.

As populações indígenas, por sua vez, estão correndo sérios riscos de serem dizimadas frente à pandemia, uma vez que a principal causa de morte entre as populações nativas brasileiras são as doenças respiratórias, o que torna a pandemia atual especialmente perigosa para esses grupos. Além disso, sofrem com o desterritorialização, desabastecimento e a desproteção. De acordo com médicos/pesquisadores, há o risco do vírus se alastrar por essas comunidades e causar um genocídio.

Em meio a esse contexto de pandemia outros elementos denotam cuidado e atenção, como é o caso das garantias constitucionais dos territórios das comunidades quilombolas. O direito a terra das comunidades tradicionais foi uma vitória dos remanescentes dos quilombos, garantido no artigo 68 ADCT da Constituição Federal de 1988 e no Decreto 4887/03. No entanto, temos acompanhando diversas medidas buscando enfraquecer e retirar esses direitos fundamentais como pode ser visto na Resolução 11 de março de 2020, que determina a remoção das comunidades quilombolas de Alcântara no Maranhão sem a comunicação prévia a essas comunidades, indo contra a orientação da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Tal medida elucida veementemente a arbitrariedade cujo objetivo é consolidar o racismo estrutural que acarretará sérias e graves consequências a essas e outras comunidades que se encontram com suas condições de vida fragilizadas, e se tornam cada vez mais invisibilizadas, desamparadas e abandonadas.



Diante deste cenário, é importante ressaltar que, neste momento, o objetivo principal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é também contribuir e somar forças para o enfrentamento da pandemia, considerando sua especificidade de instituição pública voltada para o tripé ensino, pesquisa e extensão. Em decorrência da interrupção das atividades de ensino, fazendo eco à necessidade do distanciamento social, o IFSP deve assumir especial preocupação com a manutenção do vínculo escolar dos discentes, desenvolvendo estratégias de intensa comunicação com seu corpo discente.

Nesta linha de ponderação, torna-se imprescindível contemplar a parcela da comunidade discente que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social, sendo a grande maioria dela composta por estudantes pobres, negros e negras, quilombolas e indígenas. É fundamental considerar ainda, os discentes com necessidades educacionais específicas. Qualquer ação implementada pelo IFSP que não leve em consideração a realidade e as especificidades desses estudantes redundará em reforço das estruturas sociais que reproduzem a exclusão, o racismo, o preconceito e a discriminação.

A questão da manutenção da saúde física, mental e do equilíbrio emocional, tanto de discentes como de servidores(as) em geral, também deve ser motivo de preocupação por parte do IFSP. Não é fácil lidar com as incertezas e mudanças provocadas pela pandemia. É crucial, no entanto, que todas as medidas que venham a ser adotadas pelo IFSP alcancem, de maneira ampla e inclusiva, aqueles e aquelas que vivem em maior vulnerabilidade social, que por não terem acesso adequado à Internet, notebooks, celulares ou simplesmente por falta de saúde mental para trabalhar com essa situação limite, possam ser excluídos desse vínculo escolar proposto pela Instituição. Novamente a população pobre, negra, quilombola, indígena e estudantes com necessidades educacionais específicas partirão de lugares diferentes. É inaceitável que uma Instituição de ensino continue a reproduzir todas as desigualdades já existentes na sociedade.

Nesse sentido, faz-se absolutamente necessário que o IFSP se posicione contra qualquer forma de continuidade do semestre letivo que exclua parte dos estudantes da instituição em função do histórico aqui já evidenciado. Sabemos que, desde o governo Temer e, sobretudo, com a publicação da BNCC, autoridades do MEC estão agindo no sentido de tornar o ensino a distância (EaD), modalidade para algumas disciplinas do Ensino Básico, em especial, as que compõem o núcleo das Ciências Humanas, excluindo-as do currículo presencial. Algo que fica muito explícito com os termos da Portaria no. 376 de 3 de abril de 2020. Tudo leva a crer que utilizarão do período de vigência da pandemia, escape para justificar seus interesses ideológicos e mercadológicos com o EaD.

Além disso, ressaltamos que a formação, no âmbito do IFSP, de um Comitê de Crise para responder ao grave momento que a sociedade vive, implementando ações nas esferas de ensino, pesquisa e extensão não pode prescindir do envolvimento e da plena participação de toda comunidade do próprio IFSP.

Um Comitê de Crise que não tenha a representação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) e do Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), bem como a presença ativa do Conselho Superior (CONSUP), corre o sério risco de se configurar como uma instância fechada, incapaz de dialogar e traduzir os anseios da comunidade educativa em seu conjunto. Em um momento que toda a sociedade passa a ressaltar o princípio da solidariedade como base para o enfrentamento da crise sanitária, sem a presença dos Núcleos e do próprio CONSUP, o Comitê de Crise do IFSP está correndo o risco de definir ações insuficientes e reprodutoras de injustiça.

A grande crise sanitária sinaliza que é preciso pactuar uma nova sociabilidade, com a liderança de um Estado amplo, direcionado e fortalecido, cuja vocação é atender e garantir o processo civilizatório, salvaguardando direitos sociais, civis e políticos.

No IFSP, no Brasil e no mundo todas as vidas importam!

São Paulo, 20 de abril de 2020

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI/IFSP



neabi@ifsp.edu.br



NEABI - IFSP